

CONTADOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estrutura Conceitual da Contabilidade Pública:
 - 1.1 Volume e significância das transações sem contraprestação.
 - 1.2 Importância do orçamento público.
 - 1.3 Natureza dos programas e longevidade do setor público.
 - 1.4 Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público.
 - 1.5 Papel regulador de entidades do setor público.
 - 1.6 Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas (EFP).
 - 1.7 Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual.
 - 1.8 Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.
 - 1.9 Características Qualitativas.
 - 1.10 Entidade que Reporta a Informação Contábil

2. Contabilidade Pública:
 - 2.1 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Normas Gerais de Direito Financeiro (Lei Federal nº 4320/64 e alterações). Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações)
 - 2.2 Planejamento Público (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. Anual)
 - 2.3 Receita orçamentária: conceito; classificações da receita orçamentária, reconhecimento da receita orçamentária; etapas da receita orçamentária.
 - 2.4 Despesa orçamentária: conceito; classificações da despesa orçamentária; reconhecimento da despesa orçamentária; etapas da despesa orçamentária.
 - 2.5 Relacionamentos do regime orçamentário com o regime contábil. Créditos orçamentários iniciais e adicionais. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Suprimentos de fundos (regime de adiantamento).
 - 2.6 Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial): conceito; composição; classificação; reconhecimento.
 - 2.7 Relação entre passivo exigível e as etapas da execução orçamentária. Variações patrimoniais: variações patrimoniais qualitativas; variações patrimoniais quantitativas; realização da variação patrimonial; resultado patrimonial.
 - 2.8 Registros e controles contábeis de operações típicas de contabilidade pública.
 - 2.9 Dívida ativa: conceito; classificação; inscrição; atualização; baixa.
 - 2.10 Demonstrações Contábeis: Balanços Públicos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, suas Notas explicativas e consolidação das demonstrações contábeis;
 - 2.11 Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas
 - 2.12 Licitações, Contratos e Convênios;
 - 2.13 Tomadas e Prestações de Contas.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
2. BRASIL. Lei Federal n. 4.320 de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário oficial da União, Brasília, de 1964 e atualizações posteriores.
3. BRASIL, Lei n. 6404 de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, de 1976 e atualizações posteriores.
4. BRASIL. Lei Federal n. 8.666 de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, de 1993 e atualizações posteriores.
5. BRASIL, LRF. Lei complementar n. 101. Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá outras providências. Congresso Nacional, 20 de maio de 2000.
6. BRASIL. Lei Federal n. 10.520 de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, de 2002 e atualizações posteriores.
7. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [56] p.
8. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: Estrutura Conceitual/Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016. Publicação eletrônica. [61] p.
9. BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público: uma abordagem simples e Objetiva. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
10. CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade e Auditoria e Organização dos Controles Internos, com suporte à Governança Corporativa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
11. GIACOMINI, James. Orçamento Público. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
12. LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. Contabilidade Pública: Análise Governamental. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
13. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, válido a partir do exercício de 2013, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012. 5º ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2012. Publicação eletrônica.

14. PICITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
15. QUITANA, Alexandre Costa et al. Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
16. SILVA, Valmir Leôncio da Silva. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.